



Realidade histórica, representação literária e coesão factual nos ensaios “ameríndios” de Michel de Montaigne

Historic reality, literary representation and factual cohesion in Michel de Montaigne’s “Amerindian” essays

José Alexandrino de Souza Filho¹
alexandrinodesouza@hotmail.com

Quem vai além da superfície das coisas, não obstante possa cometer equívocos, ainda assim ilumina o caminho para os outros e pode, eventualmente, até mesmo tornar seus erros úteis à causa da verdade.

Edmund Burke

Resumo: O objetivo desse artigo é fazer uma revisão dos capítulos da tese *Civilisation et barbarie en France au temps de Montaigne* que tratam dos ensaios “ameríndios” do escritor francês. Reafirmam-se suas hipóteses principal e secundária, e fazem-se ajustes e correções de equívocos interpretativos, especialmente com relação à “canção da cobra”. A tese fundamental consiste em sustentar, com base em documentos de arquivos e no cruzamento de informações históricas e textuais, que Montaigne blefou, ao relatar o encontro entre o rei da França e alguns índios brasileiros, no final do ensaio sobre os canibais. Ele altera a cena testemunhada em sua cidade, quando da visita de Carlos IX, em 1565, deslocando-a para Rouen, em 1562, a fim de pôr na boca dos índios brasileiros suas próprias críticas à sociedade francesa. A tese secundária consiste em argumentar que há coesão factual entre “Dos canibais” (I, 31) e “Das carruagens” (III, 6), pois a entrada real de 1565 é o pano-de-fundo histórico em comum, conforme sugere a segunda parte desse ensaio. **Palavras-chave:** Montaigne, blefe literário, coesão factual, “conto canibal”, “canção da cobra”.

Abstract: The goal of this article is to review the chapters of the thesis *Civilization and barbarism in France at Montaigne’s time* that deal with the French writer’s “Amerindian” essays. Both main and secondary hypothesis will be re-affirmed,

1 Doutor em Literatura francesa e comparada pela Universidade Bordeaux Montaigne. Professor de Literatura e Língua francesa na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

some adjustments and corrections on misleading interpretations will be carried out, especially those related to the “snake song”. The main hypothesis sustains, based on archive documents and cross-referencing of historic and textual data, that Montaigne made a literary bluff when he talks about the meeting between the French king Charles IX and some Brazilian Indians, at the end of the Cannibals essay. He changed the scene witnessed with his own eyes at his own city, during the king’s visit in 1565, in order to put into the Brazilian Cannibal’s mouths his own criticism of French society. The secondary hypothesis argues that there is a factual cohesion between “On Cannibals” (I, 31) and “On coaches” (III, 6), because the 1565 royal entry is the historic background shared by both essays, as this essay’s second part suggests. **Keywords:** Montaigne, literary bluff, “Cannibal account”, “snake song”, factual cohesion

História da pesquisa

Em dezembro de 2003, defendi tese de doutorado intitulada *Civilisation et barbarie en France au temps de Montaigne* (Civilização e barbárie na França no tempo de Montaigne), na universidade batizada em homenagem ao autor dos *Essais*, na mesma cidade onde ele viveu, no sudoeste francês². Durante o período de preparação e depois da defesa, publiquei artigos em periódicos científicos e publicações brasileiras e francesas, expondo aspectos da pesquisa³. Por ocasião da publicação nesta revista de um dossiê dedicado aos ensaios “ameríndios” de Montaigne, gostaria de fazer um relato introdutório sobre a história da pesquisa, desde as primeiras (e malsucedidas) tentativas de fornecer uma explicação filosófica para o interesse do escritor pelos ameríndios, até as (inesperadas) descobertas feitas a propósito da realidade histórica subjacente à elaboração literária subsequente, tal como ela se apresenta especialmente em “Dos Canibais” (I, 31). Vale lembrar que eu escrevera uma primeira reflexão intitulada “Montaigne, le Cannibale”, numa publicação em língua francesa que coordenei, no âmbito da Especialização em Língua e Literatura Francesas, na Universidade Federal da Paraíba, reunindo ensaios escolhidos, produzidos pelas alunas, além da colaboração de um colega da federal de Pernambuco. Tal publicação intitula-se *Essais sur Montaigne* e foi lançada em janeiro de 1997.

Tendo ido fazer doutoramento na Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III), graças a bolsa de estudos da Capes, tentei aprofundar as primeiras reflexões sobre a questão no *rapport* de D.E.A. (*Diplôme d’Études Approfondies*), etapa preliminar ao ingresso no doutorado propriamente dito, no sistema de pós-graduação francês. Eu buscava estreitar laços entre o interesse do ensaísta pelas culturas ditas primitivas e sua filosofia, esse caldeirão dos mais diversos matizes, onde o ceticismo pirrônico predominava, ao lado do estoicismo, do epicurismo e do

2 Disponível no Atelier National de Reproduction des Thèses, da Universidade de Lille III, sob número 43080.

3 Ver bibliografia.

fideísmo igualmente presentes, em menores proporções. Eu via então em Montaigne uma espécie de encarnação individual do processo histórico descrito por Etienne Gilson no seu magistral *La Philosophie au Moyen Age*, livro que li no âmbito das disciplinas cursadas no D.E.A., dentre as quais havia uma que tratava de literatura e filosofia medievais. O erudito francês cunhara a expressão “evento decisivo” (Gilson, 1999, p. 11)⁴, para definir o encontro da religião cristã com a filosofia grega. Como se sabe, esses são os pilares da civilização ocidental, juntamente com o direito romano.

Ainda que eu tivesse mantido o mesmo título da primeira publicação e o justificado como metáfora crítica, o fato de eu não ter formação filosófica regular, além provavelmente das próprias deficiências conceituais da argumentação, devem ter influenciado no julgamento da banca, de tal maneira que obtive apenas um “satisfatório” (“*assez bien*”), ou seja, pouco mais que o mínimo necessário para admissão no doutorado propriamente dito. Mesmo tendo conseguido aprovação, a sensação de frustração era inevitável e foi necessário um esforço mental e moral suplementar para seguir adiante, dessa vez seguindo a orientação de explorar intelectualmente os conceitos de bárbaro e selvagem, os dois adjetivos com os quais comumente se (des) qualificavam os ameríndios, especialmente os brasileiros, no século XVI, movimento que Montaigne tentaria reverter, com a relativização dos mesmos, acompanhado do elogio do bom selvagem.

Com sentimentos contraditórios, num misto de insegurança pelo insucesso do meu *rappor*t mas com alguma esperança de levar a cabo os conceitos propostos, ainda lembro de ter fitado mais longamente a fachada da Biblioteca Municipal da cidade, onde está aliás conservado o Exemplar de Bordeaux, de 1588, fartamente anotado pelo próprio Montaigne. Adentrei-a, como quem atravessa um pórtico que separa dois mundos, sem saber ao certo aonde nem como iria chegar ao meu destino investigativo. Lembro-me de ter consultado um velho catálogo do século XVIII, com a lista de livros e publicações seiscentistas pertencentes à biblioteca, tendo como critério títulos que remetessem, direta ou indiretamente, aos conceitos com os quais teria que lidar no futuro imediato. Um deles, um panfleto anônimo, tratava do crime *bárbaro* de que havia sido vítima o duque de Guise, chefe do clã que liderou a resistência católica contra o avanço do protestantismo na França durante as chamadas Guerras de Religião, o qual fora assassinado pelos guardacostas de Henrique III, cuja mãe, a todo-poderosa Catarina de Médici, era desafeto do duque⁵.

Acredito que tenha sido a curiosidade a responsável por abrir veredas que mudariam completamente o curso de minha pesquisa, sem que eu deixasse de desenvolver a abordagem conceitual recomendada. Apesar de ser o motor do conhecimento, em sua busca incessante de entendimento, a curiosidade nem sempre é devidamente apreciada, sendo por vezes tratada com certa condescendência, como

4 São minhas todas as traduções em língua francesa deste artigo, salvo indicação contrária.

5 Ver bibliografia.

uma espécie de estágio primitivo do pensamento racional ou uma forma embrionária da *libido sciendi*. Correndo o risco de parecer pretensioso, faço minhas as palavras atribuídas ao físico Albert Einstein: “Não tenho nenhum talento especial. Apenas sou apaixonadamente curioso”.

Desde o início, meu principal interesse intelectual era aprofundar a relação de Montaigne com os índios brasileiros, pois o que eu havia lido até então não me satisfazia completamente, por causa do meu gosto por detalhes, sobretudo aqueles relativos ao encontro que o escritor diz ter testemunhado entre o rei da França e alguns índios. Tendo ultrapassado a primeira etapa do doutoramento, eu poderia dedicar-me acessoriamente ao estudo dessa matéria, apenas e tão somente para satisfazer à minha curiosidade. É possível que o fato de ser brasileiro e ter ascendentes indígenas do lado paterno também tenha contribuído subjetivamente com meu interesse em conhecer melhor esse episódio. Em paralelo às leituras teóricas relativas aos conceitos de bárbaro e selvagem, acompanhadas do rastreamento rigoroso das ocorrências dessas palavras e seus diversos sentidos nos *Ensaaios*, iniciei outra série de leituras, em busca de elementos históricos suscetíveis de esclarecer o nebuloso, ainda que célebre episódio. Intrigava-me o fato de que a maioria dos comentadores, brilhantemente eruditos e intelectualmente perspicazes, se dedicassem sobretudo a elaborar reflexões sobre as dimensões política e filosófica, abstraindo da dimensão histórica da narrativa, interpretando o texto em primeiro grau, sem realmente se interrogarem sobre a veracidade do discurso e o que isso poderia eventualmente significar. O prestígio literário, a autoridade intelectual e, de certa maneira, moral de Montaigne, parecem ter desempenhado um papel nessa lacuna da fortuna crítica do autor.

Chamava-me especialmente a atenção o fato de não haver praticamente nenhuma informação complementar sobre o exótico encontro, além daquelas fornecidas pelo próprio Montaigne. Era surpreendente, para dizer o mínimo, que um evento como aquele, envolvendo o rei da França e um grupo de “bárbaros e selvagens” tivesse passado despercebido da *entourage* do monarca, quando se sabe que um personagem dessa importância sempre se fazia acompanhar de um séquito de súditos potencialmente preparados, quando não expressamente incumbidos de relatar todos os eventos dignos de nota dos quais o rei tomasse parte. A propósito, um dos documentos utilizados na pesquisa foi escrito pelo *sommelier* de Carlos IX, que o acompanhou ao longo do *tour royal* pelas principais cidades do país, e que também testemunhou a presença de “selvagens” durante o desfile em homenagem ao monarca, conforme se verá mais adiante. À medida que eu ia conhecendo melhor a época, estudando a história francesa do período, lendo autores seiscentistas, aprendendo sobre as entradas reais etc., ao estranhamento inicial pela ausência de investigação se substituiu progressivamente a sutil intuição de que havia talvez algo a ser descoberto, como um enigma a ser decifrado.

Não tardou a que eu descobrisse que não havia sido o primeiro a investigar historicamente a questão nem tampouco o primeiro a levantar dúvidas sobre a veracidade do episódio. Um grande pesquisador como o brasileiro Afonso Arinos já afirmara em 1937, no clássico *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, que a suposta conversação entre o rei e os índios, bem como aquela com o próprio Montaigne, haviam sido inventadas pelo escritor⁶. O mesmo se poderia dizer do crítico norte-americano Geoffrey Atkinson, que fizera declaração semelhante, antes mesmo de Arinos, em 1935⁷. Ainda que ambos estivessem corretos em suas intuições críticas, segundo creio, faltavam-lhes contextualização histórica e embasamento documental, sem os quais torna-se difícil entender a transformação da narrativa histórica em narrativa literária. Pelo menos quatro pesquisadores franceses, entre os séculos XIX e XX, segundo pude apurar até aquele momento, já haviam se debruçado sobre as incoerências lógicas e as inverossimilhanças histórias do encontro, mas, à falta de documentos, as investigações não foram levadas a termo e as questões por eles levantadas ficaram irresolutas. Minha curiosidade tinha antecedentes e o conhecimento das pesquisas anteriores sugeria que o caminho investigativo precisava ser repensado.

Tendo chegado ao mesmo impasse que meus antecessores, resolvi buscar informações acessórias, indiretas, detalhes aos quais normalmente não se presta atenção, na esperança de que eles pudessem talvez apontar nova direção, sempre guiado por despreziosa mas ativa curiosidade. O rumo e o ritmo da pesquisa começaram efetivamente a mudar a partir do momento em que tive conhecimento que Carlos IX fizera uma entrada em Bordeaux em 1565, ou seja, cerca de três anos depois do suposto, mas cada vez mais inverossímil, encontro de Rouen, em 1562. Nessa altura da investigação, qualquer pesquisador suspeitaria que algo parecia estar a ponto de ser revelado, pois as peças faltantes do quebra-cabeça sugeriam uma mensagem no vazio do espaço que ainda não ocupavam. Quando pude finalmente ler o relato da entrada bordelesa, na Bibliothèque Nationale, em Paris, descrevendo o desfile do corpo social da cidade em homenagem ao rei, do qual fazia parte um segmento denominado de “nações cativas”, dentre as quais havia três grupos de índios brasileiros, eu já sabia, mas tive então plena certeza, que o lado obscuro da história começava a mostrar sua face, à luz dos fatos, comprovados pelos documentos produzidos em função deles. Ousaria dizer que a curiosidade abre as portas, mas

6 « A conversa que o filósofo pretende ter tido com um dos nossos índios é menos interessante do que a que ele declara que os selvagens tiveram com o rei. Tanto uma como outra são evidentemente inventadas, e o ensaio, sendo escrito e publicado quase vinte anos depois da cena, quando o rei já era morto, não corria o risco de ser contestado pela testemunha que tinha interesse nisto” (Melo Franco, 2000, p. 185).

7 « Pode-se supor muitas coisas: eram ideais do próprio intérprete, que ele deu como sendo dos brasileiros: eram ideias que Montaigne tinha encontrado em outro lugar, mas que ele pôs na boca dos selvagens, como Montesquieu fez com Usbek. Pode-se supor o que se quiser. (...) O importante, afinal, é que Montaigne pôs estas palavras na boca de um brasileiro » (Atkinson, 1935, p. 355-356).

somente o cruzamento de informações ilumina a escuridão do passado, revelando, nesse caso, a realidade histórica subjacente à elaboração ficcional dos fatos.

As leituras que eu fazia sobre as entradas reais francesas do Renascimento (além da de Bordeaux, interessei-me também pela entrada de Henrique II, em Rouen, em 1550, durante a qual aconteceu a famosa “festa brasileira”)⁸, tais leituras, dizia, me informavam que esses grandiosos acontecimentos obedeciam a rigoroso protocolo e davam lugar a outras cerimônias, dentre as quais o *lit de justice*, o leito de justiça, isto é, o encontro do rei com os representantes do parlamento local (instituição existente apenas nas maiores cidades do reino), a fim de regular a aplicação da justiça e corrigir eventuais desvios de conduta.

O ponto alto da pesquisa, anterior à leitura parisiense do relato da entrada, se deu quando tive em mãos os dois grandes, grossos e pesados volumes do século XVII, o *Ceremonial françois*, uma compilação de narrativas organizada por Théodore e Denys Godefroy, pai e filho, publicada em 1649, contendo a descrição das principais cerimônias protagonizadas pelos reis e altas autoridades francesas, desde os primórdios da nação, na forma de nascimentos, batizados, casamentos, coroamentos, juramentos, leitos de justiça, recepções, embaixadas, entradas reais, procissões, missas de ação de graças (*Te Deum*), dentre outros eventos oficiais e protocolares. Busquei inicialmente informações sobre a “entrada” de Carlos IX em Rouen em 1562, mas nada encontrei. Eu já sabia, graças a Floquet e sua monumental *Histoire du Parlement de Normandie*, que o rei penetrara nessa cidade então devastada, através de uma brecha nas muralhas, informação que o historiador obteve nos registros secretos do parlamento local e em outros documentos (Floquet, 1840, t. 2, p. 445). Pus-me então a procurar possíveis informações sobre a entrada de Bordeaux em 1565, até deparar-me com a *mercuriale* do Michel de L’Hospital, chanceler da França, encarregado de fazer o discurso de abertura do ‘leito de justiça’. Vale lembrar que Montaigne estava presente ao evento, na condição de membro do Parlamento de Bordeaux, onde exercia a função de conselheiro, desde 1557.

O silêncio das bibliotecas pode fazer crer aos neófitos que a pesquisa é uma atividade solitária, monótona e entediante. Posso testemunhar que passei momentos extasiantes nesses espaços silentes, assim como muitos pesquisadores, acredito. Ao começar a ler o discurso do chanceler, fui tomado de grata surpresa misturada a forte excitação mental, pois a história com a qual L’Hospital começara sua arenga era a mesmíssima com a qual Montaigne começaria seu ensaio, cerca de quinze anos depois. A inserção mesma da história no início “Dos canibais” sugeria que o escritor mimetizava, de certa maneira, o discurso do chanceler, no qual a história lida em Plutarco também dava início a um discurso admoestador, mas diplomático, dirigido aos conselheiros bordeleses, acusados de serem recalcitrantes e insubordinados,

8 O estudo dessa entrada resultou no segundo capítulo da tese, intitulado “*Coloniser autrement: “bon sauvage” et politique impérialiste française au XVIème siècle* » (De Souza Filho, 2003, p. 48-88). Publiquei um resumo dele, na forma de artigo, em 2008 (ver bibliografia).

tendo protagonizado cenas de falta de decoro parlamentar, no passado recente. O próprio Montaigne havia se envolvido num desses episódios barulhentos, conforme eu havia lido em biografias e artigos (Frame, 1965, p. 54; Lacouture, 1996, p. 139). A *mercuriale* de L'Hospital era um fortíssimo indício de que era preciso reler todo o ensaio à luz da contextualização histórica e dos documentos que a pesquisa estava resgatando da obscuridade histórica. O passo seguinte foi consultar as atas do parlamento local nos *Archives Municipales de Bordeaux*, situados na *rue du Loup*, no centro histórico. Por aquela rua o rei havia passado em seu desfile pela cidade, durante a entrada. Tive a oportunidade de reconstituir em detalhes o itinerário do monarca, bem como sua estadia e partida da cidade, cerca de um mês depois. Graças à bela e legível caligrafia da chamada Cópia Verthamon, produzida a partir dos originais do Registro Secreto do Parlamento de Bordeaux, “compilado e ordenado sob os cuidados de François-Martial de Verthamon d’Ambloy”, em 1770, foi possível acompanhar todo o desenrolar dos acontecimentos.

A partir daí, tornou-se possível acessar, por assim dizer, aos bastidores do ensaio, desvelando a ficção literária por detrás da narrativa supostamente histórica. Através dela, Montaigne nos dá uma verdadeira lição de literatura, pela transfiguração e ressignificação dos fatos, pondo na boca dos canibais brasileiros seu próprio discurso, álibi ficcional destinado a melhor fazer ouvir as críticas que ele dirige à sociedade francesa, ao mesmo tempo que se isentava de falar em nome próprio. Servindo-se dos índios como seu porta-voz, o escritor ironiza certas arbitrariedades dos costumes, percebidas como normais, com humor, ironia e discreto escárnio, e denuncia a falta de assistência do Estado aos mais pobres, bem como a grande desigualdade social da época, com eloquência, irreverência e violência. Os acontecimentos da entrada de Carlos IX em Bordeaux em 1565 circunscreviam todo o ensaio, desde o começo, com a *mercuriale* de L'Hospital, até o fim, com o relato da “conversação” entre o rei francês e os índios brasileiros.

Alguns anos após a defesa da tese, viria a ler um dos livros do historiador italiano Carlo Ginzburg, onde deparei-me com um conceito que me parece traduzir, de certa maneira, o percurso da pesquisa: *serendipidade*. Originalmente concebido por Horace Walpole, em 1754, para designar “descobertas imprevistas, feitas graças ao acaso e à inteligência” (Ginzburg, 2009, p. 168), o termo ilustra o desvelamento de algo que permanecia obscuro, graças a indícios cuja combinação resulta na solução de uma questão, de maneira amiúde surpreendente, com a ajuda providencial da sorte, eventualmente. Se me fosse permitido, eu proporia substituir o termo inteligência por curiosidade, a fim de adaptá-la ao meu caso.

Depois de ter acessado aos bastidores do texto e de ter conhecido os truques literários dos quais o autor lançou mão para criar aquilo que chamei de “conto canibal”, era natural que eu lançasse um olhar suspeito sobre outras passagens do ensaio, especialmente o poema indígena amoroso, apresentado como prova da

“suficiência” intelectual dos indígenas brasileiros. À época da tese, tratei-o como “canção da serpente”. Entretanto, por causa da etimologia em comum, penso hoje que a tradução mais adequada seja “canção da cobra” (*chanson de la couleuvre*). Esse poema indígena é considerado uma das contribuições mais originais de Montaigne, no âmbito da chamada literatura “geográfica” do século XVI, pois não se tem notícias de outros exemplares do mesmo tipo, dentre os autores da época (Lestringant, 1990, p. 143). André Thevet e Jean de Léry, por exemplo, para citar dois dos nomes mais conhecidos da primeira literatura de viagens ao Brasil, apresentaram apenas canções de guerra e cantos rituais relacionados à cerimônia de execução dos prisioneiros.

Minha interpretação da “canção da cobra” foi o tópico que mais repercutiu, tendo extrapolado os limites habituais da pesquisa acadêmica, graças a uma curiosa convergência de acasos, assim como foi também o tópico mais polêmico da tese. Ao longo dos anos, confrontado com informações antropológicas obtidas *a posteriori*, e em respeito à verdade científica, mudei de opinião em relação à minha primeira interpretação. Embora a possibilidade de essa “canção” ter sido alterada ou adaptada por Montaigne continuar teoricamente existindo, a literatura indígena disponível, na forma de mitos, permite afirmar, com relativo grau de certeza, que o poema indígena amoroso é autêntico, e que Montaigne deve provavelmente tê-lo colhido durante a conversa que afirma ter tido com índios brasileiros. Se pude me convencer de que era preciso mudar minha interpretação, o argumento principal de minha leitura do ensaio, isto é, o “conto canibal”, não foi alterado, pois suas premissas baseiam-se em documentos históricos, diferentemente da interpretação da “canção”, uma ilação crítica, ainda que dotada de coerência argumentativa.

Creio que na primavera de 2002, quando as questões relativas a esses tópicos já estavam praticamente equacionadas, circunstâncias prosaicas contribuíram para fazer com que a pesquisa ganhasse certa visibilidade. Um tornozelo quebrado, resultado de (imprudentes) aventuras inverniais de um brasileiro não familiarizado com neve e esqui, contribuiu para que eu conhecesse uma canção cuja letra me pareceu estranhamente familiar, embora a escutasse pela primeira vez, no contexto de uma festa franco-luso-brasileira, na qual me coube apenas o papel de espectador, acomodado num sofá, devido ao fato de estar com parte da perna engessada, por causa de fratura no tornozelo. Graças à gentileza da anfitriã, que me emprestou o então mais recente lançamento de Caetano Veloso, *Noites do Norte* (2000), pude ouvir e ler mais atentamente, em casa, uma das canções do disco, cuja letra era assinada pelo também baiano Waly Salomão. A música chamava-se Cobra Coral. Não foi preciso muitas audições para me dar conta que aquela canção era basicamente uma tradução adaptada do poema indígena que Montaigne citara em seu ensaio, e que eu estava estudando em minha tese. Surpreendentemente, o nome do ensaísta francês não aparecia nos créditos da versão musicada da “canção”. A fim de corrigir tal “injustiça” e mostrar a filiação francesa da versão brasileira, escrevi um

artigo para o suplemento cultural do jornal baiano *A Tarde*, que o publicou em 13 de julho de 2002, com o título “Índio é primeiro poeta brasileiro”. O artigo chamou a atenção do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, que então ainda circulava em papel, e deu origem a ampla reportagem no Caderno 2 do diário carioca, publicada em 16 de setembro de 2002 e assinada pelo jornalista Alexandre Werneck, com os depoimentos de Salomão e Veloso. Waly reconheceu de imediato a apropriação, dizendo: “Sou réu confesso”, mas argumentou habilmente que ele procedia como Montaigne, camuflando seus empréstimos literários. Chamava a atenção o fato de a “camuflagem” não ter sido sequer revelada ao seu conterrâneo e parceiro musical, que declarou, por sua vez: « - Acho que acabei escolhendo aquele texto porque de alguma forma adivinhei tudo isto. Não sabia que havia uma ligação com Montaigne no poema, mas sei que o Waly é um apaixonado por ele – diz Caetano Veloso, maravilhado com a história ».

Depois de ter analisado “Dos canibais” (I, 31) à luz dos documentos encontrados, passei ao outro ensaio “ameríndio” do escritor francês, “Das carruagens” (III, 6). Mais uma vez, a curiosidade desinteressada, mas atenta, conduziu-me a resultados inesperados, os quais parecem confirmar, ao menos parcialmente, as conclusões a que pude chegar relativamente àquilo que chamei na tese de “*unité événementielle*”, e que passo a chamar doravante de *coesão factual* entre os ensaios “ameríndios” de Montaigne, por razões que se apresentará mais adiante. Desde que Michel de L’Hospital tinha se tornado um dos nomes-chave da pesquisa, eu procurava me informar ao máximo sobre o personagem, de quem Montaigne era admirador, conforme sugere o fato de ele ter mandado inscrever no teto de sua “livraria” uma frase do chanceler, única de um autor contemporâneo⁹. Na

9 A frase, extraída de um escrito dedicado a Marguerite de Valois, diz: “*Nostra vagatur, in tenebris, nec caeca potest mens cernere verum*”. Ela foi traduzida (“Nosso espírito erra nas trevas; cego, não pode distinguir a verdade”) e reproduzida no Projeto “Livraria” de Montaigne, isto é, uma réplica da torre e da biblioteca do escritor francês, idealizada e executada na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, por uma equipe formada por mais três professores da mesma universidade (um arquiteto tornado artista plástico e dois engenheiros, além de técnicos e patrocinadores: Embaixada da França, Governo do Estado da Paraíba, Prefeitura de João Pessoa e mais treze empresas privadas). Na primeira fase, inaugurada em julho de 1999, exibiu-se uma seleção das frases da “livraria” original, reproduzidas sobre traves cenográficas giratórias, que imitam as cores e a textura da madeira, nos originais grego e latim, traduzidas para o português e o francês, acompanhadas de arcos, flechas e adereços afixados à parede, produzidos pelos índios potiguaras de Baía da Traição (PB), cuja reserva se situa perto de João Pessoa, como forma de fazer alusão à coleção de objetos indígenas que o escritor afirmou possuir em casa, bem como à aliança política entre franceses e potiguaras, no litoral paraibano e norte-rio-grandense durante a segunda metade do século XVI. Na segunda fase, procedeu-se a uma melhor ambientação interna, pela reprodução em 360 graus de imagem, em tamanho natural, de uma biblioteca particular, a partir de um quadro do século XVII. Ao redor da réplica brasileira da torre de Montaigne são exibidos painéis bilíngues (português-francês) com informações destinadas ao grande público sobre a vida e obra do escritor francês, bem como sobre sua relação com o Brasil, através dos índios, incluindo parte das informações obtidas na tese. A segunda fase contou com o apoio do CNPq e foi inaugurada em outubro de 2007, juntamente com o lançamento do livro homônimo (ver bibliografia).

Biblioteca Municipal de Bordeaux, onde eu havia vivido a extasiante embora silenciosa experiência da descoberta científica, na mesma sala de livros raros onde eu havia consultado o *Ceremonial françois*, dos Godefroy, percorri as prateleiras de uma pequena biblioteca setorial, formada por edições eruditas e livros de arte, de livre acesso. Não recordo exatamente se busquei propositalmente aquela edição do século XIX ou se simplesmente topei com ela, em deambulações curiosas por entre as estantes daquele espaço. Quando comecei a compulsar os volumes com a primeira tradução francesa dos escritos latinos de L'Hospital, especialmente as epístolas escritas na Itália, durante o período em que ele atuou como observador no Concílio de Trento, percebi algo que me pareceu familiar, desde a primeira delas, pois L'Hospital descrevia, em termos naturalistas, ao chanceler da época, François Olivier, seus problemas de saúde, agravados por uma crise de cálculo renal, bem como sua descrença nos diagnósticos médicos. Em outra epístola, L'Hospital descrevia a tempestade que se abateu sobre o barco no qual navegava pelo rio Pó e o medo da morte que sentiu, questão abordada por Montaigne na primeira parte 'Das carruagens', quando fala de seu problema de enjoo em viagens de barco. Num terceiro texto, na sátira "Contra o luxo", L'Hospital criticava a ostentação e o desperdício de recursos, especialmente nos meios nobres e burgueses, em roupas e comida caras, o que causava problemas à economia nacional, encarecendo os preços, além do mau uso de recursos públicos por parte de gestores perdulários. Montaigne também iria criticar o luxo em "Das carruagens", mas, à semelhança do que já fizera em "Das leis suntuárias" (I, 43), em que criticava veladamente L'Hospital por pretender regular uma questão que não cabia ao Estado, ele vai criticar os reis da França pelo desperdício de dinheiro público em desfiles luxuosos, ainda que belos, como nas entradas reais, em detrimento da aplicação desses mesmos recursos em obras de interesse público e na assistência aos mais necessitados. As críticas à exibição do luxo no contexto de desfiles suntuosos, tal como se deu em Bordeaux em 1565, sugeriam que havia uma coesão factual unindo os ensaios "ameríndios", uma vez que o pano-de-fundo histórico "Dos canibais", isto é, a entrada de Carlos IX na cidade, voltou a aparecer em "Das Carruagens". Essa suspeição era reforçada pela remissão aos anfiteatros romanos, onde gladiadores e naumaquias faziam a alegria da turba. Tais alusões tinham sido colhidas no livro do humanista belga Justo Lipsio, conforme demonstrou Villey, em sua edição crítica dos *Ensaio*s. Lipsio termina seu livro com uma nota falando sobre o anfiteatro romano de Bordeaux, o Palais Galien, dizendo que as informações haviam sido colhidas no livro sobre a história da cidade, escrito por Elie Vinet, diretor do Colégio de Guyenne, onde Montaigne estudara na adolescência. Tal obra tinha sido escrita em função da visita de Carlos IX ao estabelecimento, no âmbito da estadia do rei na cidade.

A história sucinta da pesquisa sobre esses dois ensaios visa sobretudo mostrar a trajetória de uma investigação científica que trouxe à luz antigos documentos, com informações novas, cuja elaboração crítica é suscetível de fundamentar uma

releitura historicamente contextualizada desses ensaios, na forma de hipóteses interpretativas. Dito isso, passo a apresentar, em linhas gerais, as etapas da pesquisa e sua fundamentação argumental, documental e bibliográfica. Antes, porém, vale dizer que é imperativo fazer a devida remissão aos quatro pesquisadores franceses (Grün, 1855, p. 143-145; Bonnefon, 1893, p. 88; Françon, 1975, p. 74, e Simonin, 1995, p. 105-106) que investigaram, do ponto de vista histórico, o encontro do rei francês com os índios brasileiros. Na tese, chamei de “embaraço crítico” ao “estado da arte” sobre essa matéria. Permito-me tão somente citar o último dos pesquisadores citados, que disse:

Quando aconteceu essa entrevista, à qual Montaigne diz ter assistido e mesmo participado, posto que ele nos informa um pouco mais adiante que ele próprio se entreteve com seu *truchement*, isto é, seu intérprete? *Não parece que ela tenha sido até a presente data posta em dúvida.* Mas onde colocá-la? É difícil de fixá-la nos dias que seguem à queda da cidade em 1562, mas, do mesmo jeito, é oneroso imaginá-la no ano seguinte. O autor dos *Ensaio*s cometeu aqui uma confusão e nós devemos ler antes “Bordeaux” do que “Rouen”, quando Carlos IX fez escala nessa cidade durante o grande tour e onde índios lhe foram apresentados?¹⁰.

A “entrada” de Carlos IX em Rouen em 1562

Partindo das informações fornecidas pelo próprio Montaigne, a saber, que a conversação do rei com os índios teria acontecido em Rouen “no tempo em que o finado rei Carlos IX lá se encontrava” (Montaigne, 1999, p. 213), era possível delimitar espacial e cronologicamente a pesquisa, o que facilitou a análise, por assim dizer, microscópica dos acontecimentos. Só havia duas possibilidades de ocorrência reunindo na mesma Rouen o rei Carlos IX, os índios brasileiros e Montaigne: 1562 e 1563. Mas a última dessas possibilidades foi imediatamente eliminada, pelo fato de o escritor estar vivendo a dolorosa experiência de perder seu querido amigo e colega de parlamento Etienne de La Boétie, falecido em Germignan, no Médoc, perto de Bordeaux, aos 18 de agosto de 1563 (La Boétie, 1991, t. II, p. 180), no dia seguinte à declaração da maioria do rei, no Parlamento da Normandia, em Rouen.

A alternativa restante afigurava-se problemática, pois, em 1562, Rouen estava sob o domínio protestante, tendo sido, por isso, sitiada pelo exército francês, católico. Que esta cidade recebia com certa regularidade índios brasileiros, era sabido, pelo fato de ela ser um dos mais importantes portos do país e ser o epicentro econômico do comércio de produtos brasileiros, como o pau-brasil, mas parecia não haver sentido em organizar um encontro entre eles e o rei, em momento tão difícil, tenso e violento, em que o destino político e religioso do país estava em jogo, com o avanço do protestantismo nas classes mais elevadas e influentes da nação. O único

10 Grifo meu.

documento de arquivo que consegui obter sobre o cerco de Rouen de 1562, graças à diligência e gentileza da conservadora-chefe dos Archives Départementales de la Seine-Maritime, na capital da Normandia, foi um registro manuscrito da Catedral de Rouen, parcialmente escrito em latim, dando conta das obséquias de certo “senhor de Georges”, (*domini Georgii*), que identifiquei posteriormente sob o nome de “*Monsr. de Geargeay*”, nas crônicas militares escritas por Pierre de Bourdeille, aliás, Brantôme, um dos mais importantes homens de guerra da época, presente ao cerco (Brantôme, 1973, p. 120). Faço esse registro, porque, mesmo já tendo posteriormente descoberto o contexto histórico por detrás da narrativa de Montaigne, fiz uma viagem à Rouen, a fim de buscar nos arquivos locais, tanto nos Archives quanto na preciosa Bibliothèque Municipale, possíveis documentos suscetíveis de contradizer a hipótese que eu estava tentando levantar em minha tese. Busquei assim, por zelo à verdade histórica, pôr à prova minha leitura da narrativa montaigniana, à luz de novos documentos que pudessem eventualmente surgir em pesquisa *in loco*.

Não convém aqui reproduzir a reconstituição detalhada que pude fazer do cerco de Rouen em 1562, desde a tomada da prefeitura pelos protestantes locais, na noite de 14 para 15 de maio, aproveitando-se da concentração de armas de fogo, cujo porte individual fora proibido por decreto do chanceler Michel de L’Hospital, passando pelo ferimento mortal à bala sofrido por Antônio de Bourbon, o rei de Navarra, região relativamente independente, correspondente ao país basco francês, em 16 de outubro (ao seu lado, estava ninguém menos que Nicolas Durand de Villegagnon, o comandante da França Antártica, no Brasil, que também ficou ferido no ataque, tendo ficado manco pelo resto da vida), até a abertura de uma brecha nas muralhas, em 26 de outubro, bem como da “entrada” de Carlos IX e comitiva dois dias depois da rendição. O registro da Catedral de Rouen anteriormente citado diz que houve “procissões gerais”, mas não entrada, triunfo ou magnificência, palavras usadas na época para designar as entradas reais propriamente ditas. Não era o caso: depois de ter estado durante meses sob ataque e isolada, Rouen estava em frangalhos, cheirando a pólvora e sangue (De Souza Filho, 2003, t. I, p. 96-103). Não é tampouco oportuno discorrer aqui sobre a presença de Villegagnon neste cerco, como fiz na tese (De Souza Filho, 2003, t. I, p. 103-115), bem como se isso poderia estar relacionado à improvável presença de índios trazidos do Brasil, quando ele retornou à França em 1559, a fim de dar explicações sobre sua temerária conduta à frente da França Antártica, alvo de severas críticas dos protestantes, em panfletos injuriosos (De Souza Filho, 2003, p. 103-115). Rigorosamente falando, essa possibilidade existe, mas sem nenhum indício factual ou fundamentação documental. Importa focar a atenção sobre a entrada e permanência de Carlos IX em Bordeaux em abril de 1565, cenário histórico, fartamente documentado, onde os fatos que Montaigne reelabora literariamente, no seu ensaio, aconteceram efetivamente, salvo melhor juízo.

A entrada de Carlos IX em Bordeaux em 1565

Haveria muito a dizer sobre essa entrada, acontecida aos 9 de abril de 1565, desde as primeiras reuniões do comité organizador, no dia 2 de janeiro daquele ano, na sede do Parlamento de Bordeaux, isto é, no Palais de l'Ombrière, passando pela intervenção do conselheiro Michel de Montaigne na reunião do dia 24 do mesmo mês, na qual elogia a visita do rei à cidade mas critica antecipadamente qualquer tentativa por parte dos colegas de solicitar aumento de proventos, o que não deve ter-lhe provavelmente despertado simpatia junto aos pares (*Registre Secret du Parlement de Bordeaux*, 1770, t. 16, p. 408; Hauchecorne, 1947, p. 164-168), bem como os artistas contratados (Léonard Limousin e equipe), os empréstimos feitos para subsidiar os vultosos custos relativos à pintura de prédios públicos, à decoração de ruas, à preparação das atrações (pinturas, escultura, naumaquia etc.), à construção do palanque de onde o rei e comitiva iriam apreciar o desfile do corpo social da cidade, formado por corporações profissionais (universitários, parlamentares, militares, religiosos etc.) e laborais (comerciantes, artesãos etc.), até o itinerário seguido pelo rei através das ruas de Bordeaux, começando às margens do rio Garonne, passando pela *Porte du Chapeau Rouge* (que dava acesso à rua homônima, ainda existente no centro histórico), pela já citada *rue du Loup*, dentre outras, até terminar na catedral da cidade, onde foi celebrado o *Te Deum*. Devido às limitações espaciais próprias ao artigo, contento-me em fazer apenas referência a essas questões, sem detalhar os bastidores (De Souza Filho, 2003, t. I, p. 119-123) nem o itinerário completo e demais aspectos da entrada (De Souza Filho, 2003, t. I, p. 123-128).

Vale prestar a devida atenção, porém, a certo episódio acontecido logo no começo do evento, durante o desfile do corpo social da cidade. A inusitada cena parece ter sido testemunhada por Montaigne, que também desfilava junto com seus colegas parlamentares. É plausível admitir hipoteticamente que tal cena possa ter sido reelaborada literariamente, anos mais tarde, quando o ensaísta e ex conselheiro escreve seu ensaio. Seguindo o rigoroso cerimonial, autoridades locais fizeram discursos (chamados então de arengas) de boas-vindas ao monarca. Pela ordem, falaram inicialmente o reitor da universidade e o lugar-tenente do rei na região, o senhor Descars. A terceira autoridade a discursar foi o primeiro presidente do Parlamento de Bordeaux. A arenga de Jacques Benoist de Lagebaston foi particularmente longa e provocou irritação no jovem rei, prestes a completar quinze anos, em junho daquele ano. Abruptamente, Carlos IX interrompeu o discurso do parlamentar e fez uma declaração enérgica, exaltando a aplicação do decreto de proibição do porte de armas de fogo, repercutindo, de certa maneira, um dos acontecimentos que haviam deflagrado o cerco de Rouen de 1562. Logo em seguida, o jovem monarca pôs-se de pé, diligentemente seguido pelos outros três também presidentes do parlamento, bem como por um oficial de justiça e pelo próprio primeiro-escrivão, *maître* Jacques de Pontac, que registrou o constrangimento nos seguintes termos:

O senhor Jacques Benoist de Lagebaston, primeiro presidente, lhe fez uma tão grande e longa arenga que o Rei, aborrecendo-se com ela, lhe cortou a palavra e sem esperar que ele terminasse, disse: Eu louvo minha justiça pelo bom dever que ela fez e se há alguém que porte ainda as armas em mãos, eu farei disso tal justiça que ela será exemplar aos outros; tendo dito isso, levantou-se de sua cadeira, juntamente com os ditos quatro presidentes, eu e o primeiro oficial de justiça, e ficamos no dito palanque esperando a Companhia da cidade que passava. (*Registre Secret du Parlement de Bordeaux*, 1770, t. 16, p. 579-580; Godefroy, 1649, t. I, p. 908-909).

Mais adiante, depois de conhecidas as circunstâncias relativas à “conversação” entre o rei francês e índios brasileiros, essa cena será lembrada, como sendo provavelmente a inspiração da primeira “observação canibal”, aquela em que Montaigne ironiza, pela voz dos ameríndios, o fato de uma “criança” comandar adultos “barbudos, fortes e armados”, de acordo com os costumes franceses, ao arrepio do bom senso¹¹. Ainda que o rei não pudesse ser considerado, pelos padrões modernos, uma criança, mas antes um adolescente, a palavra significa metaforicamente alguém fisicamente não amadurecido e sem experiência. Vale lembrar que Carlos IX era de compleição naturalmente frágil, tendo morrido em 1574, aos 24 anos, de tuberculose.

Inspiradas nos triunfos romanos, festividades organizadas com pompa e circunstância para acolher imperadores e generais, quando de seu retorno de campanhas militares em terras estrangeiras, de onde traziam indivíduos pertencentes aos povos subjugados, as entradas reais francesas do século XVI, apogeu desse tipo de evento social, político, diplomático e artístico, contavam geralmente com representantes de doze “povos cativos”, no desfile do corpo social. A quantidade, que se repete em outras entradas da época, repercute certa mística nacionalista desenvolvida por humanistas a serviço da monarquia, como Guillaume Postel (1510-1581), por exemplo. Esse erudito havia elaborado um sistema destinado a fundamentar a ideologia imperialista francesa, segundo a qual o rei da França poderia ser comparado ao Cristo, pois sua missão seria a restauração da Paz Universal, semelhantemente ao que fizera Jesus, ao reunir sob a mesma lei as doze tribos de Israel e, em torno de si, os doze apóstolos. Esse tipo de construção ideológica

11 O temperamento colérico e a pouca tolerância de Carlos IX a formalidades excessivas são mencionadas nos comentários à visita que o monarca fez ao Colégio de Guyenne, durante a qual o diretor Elie Vinet lhe ofereceu o manuscrito da primeira história da cidade, a Antiquidade de Bordeaux, escrita pelo próprio. O comentador da bibliografia de Vinet observa à propósito: “É mesmo provável que o diretor do Colégio de Guyenne não leu [para o rei] todo o texto de seu discurso, ele não podia ter esquecido que Carlos IX tinha suportado, com uma impaciência mal dissimulada, as longas arengas das autoridades que tinham vindo desfilar três dias antes, diante do palanque do Castelo Trompette, ou antes diante do palanque, segundo a expressão da época e bem apropriada ao tipo, tendo em vista o suplício que o soberano teve de suportar. Sendo assim, é certo que Vinet não quis se expor em pôr de novo à prova a paciência da criança real e que ele se contentou em ler a dedicatória de seu discurso e de lhe entregar o manuscrito” (Labadie, 1909, p. 34).

floresceu na época sob o nome de galomania, isto é, a genealogia imaginária dos reis da França, os quais descenderiam diretamente de Jafé, o filho de Noé que recebeu a Europa como herança, no âmbito da partilha do mundo efetuado pelo patriarca, após o Dilúvio (Dubois, 1972, p. 22-28; Gliozzi, 2000, p. 23-32).

De acordo com o relato da entrada, dentre as doze “nações” cativas, desfilaram três grupos de ameríndios, vestidos cada um à sua moda, chamados de Americanos (*Ameriques*), Brasileiros (*Bresellans*) e Selvagens (*Sauvaiges*). O relato acrescenta que o representante de cada uma delas subiu ao palanque e fez uma arenga ao rei, com tradução de intérpretes:

Além disso, havia o Rei da Basoche¹² bem composto, tendo seus acompanhantes a cavalo & grande pelotão de infantaria bem equipado. Após o qual vinham trezentos homens bem armados que conduziam doze Nações estrangeiras cativas diante do Rei: cada Nação vestida à sua moda. A saber, os Gregos, à grega: os Turcos, à turca: os Árabes, à arabesca: Egípcios, à egípcia: Trapobanos, à trapobana: *Americanos*, à americana: Indianos, à indiana: Canários, à canária: *os Selvagens*, à selvagem: *os Brasileiros*, à brasileira: os Mouros, à mourisca: os Etíopes, à etíope. E cada Capitão dessas doze nações cativas fez arenga ao Rei em sua língua: traduzida por um intérprete. (Richard, 1565, fol. A iii, r^o)¹³.

O primeiro-escrivão do Parlamento de Bordeaux registrou a mesma cena, com a diferença que ele fez menção apenas à arenga do representante dos gregos; além disso, *maître* de Pontac contou apenas onze “nações cativas”, ao invés de doze (*Registre Secret du Parlement de Bordeaux*, 1770, t. 16, p. 579-580). O testemunho do *sommelier* do rei é muito mais sucinto, mas a presença de “selvagens” no desfile foi também registrada por ele (Jouan, 1566, p. 40).

Nenhum dos três testemunhos oculares citados fala em conversação, mas tão somente em arengas, isto é, saudações protocolares de submissão ao rei francês. Se acaso tivesse havido realmente alguma conversação, nos moldes relatos por Montaigne, seria de se esperar que tais testemunhos fizessem alguma alusão ao fato, tanto mais que as “observações canibais” teriam provocado um misto de surpresa, espanto e humor, a crer no escritor. O simples fato de Montaigne ter deslocado o encontro de Bordeaux para Rouen é significativo de sua deliberada intenção de alterar a cena, em benefício de seus objetivos literários. Temos aqui, portanto, salvo melhor juízo, os fatos que serviram de inspiração a Montaigne para recriar a cena, pondo na boca dos índios brasileiros seu próprio discurso. A confirmação indireta, devidamente comprovada por fonte documental, de que essa entrada é o pano de fundo histórico a partir do qual Montaigne elabora seu ensaio sobre os canibais vem de outro evento acontecido em função da presença do rei na cidade do escritor:

12 Tratava-se de um personagem que representava as gentes da Justiça, incluindo conselheiros, procuradores, advogados, escrivães, oficiais etc. Ver Godefroy, 1881, p. 299.

13 Grifo meu.

trata-se da arenga de abertura do “leito de justiça”, dois dias depois da entrada propriamente dita.

A *mercuriale* de Michel de L’Hospital

No dia 11 de abril, uma quarta-feira, conforme rezava a tradição¹⁴, o Parlamento de Bordeaux foi palco de uma cerimônia conhecida como *lit de justice* (leito de justiça), cuja criação remonta ao avô de Carlos IX, Francisco I, que a instituiu em 1527, embora haja registros da existência de cerimônias similares desde a Idade Média, a partir de 1366 (Hanley, 1991, p. 26-45). O nome do evento deriva do elevado leito, ricamente decorado, onde o rei se postava, coberto pelo pátio, a fim de conduzir, através do chanceler, o encontro destinado a regular a aplicação da justiça e corrigir eventuais desvios de conduta, como era o caso dos conselheiros do Parlamento de Bordeaux, do qual Montaigne fazia então parte.

A abertura da *mercuriale* revela claramente a primeira fonte, até aqui atribuída pela fortuna crítica a Plutarco, de onde Montaigne colheu a história com a qual inicia seu ensaio. Seguindo o modelo da oratória clássica, L’Hospital começa seu discurso pela *inventio*, a invenção, isto é, uma associação de ideias ou metáfora literária que serve de ilustração e exemplo para a argumentação que se seguirá. No caso, trata-se de duas histórias lidas efetivamente em Plutarco pelo chanceler: uma sobre o rei grego Pirro, outra sobre o general romano Paulo Emílio. Elas sinalizam a intenção de L’Hospital em ironizar a conduta temerária dos parlamentares bordeleses, cuja reticência em homologar éditos vindos de Paris vinha provocando preocupação e irritação na corte, além de eles terem protagonizado cenas de falta de decoro, por causa de disputas de poder entre católicos e protestantes. Interessa-nos aqui tão somente a história do rei Pirro, pois ela foi aproveitada por Montaigne em seu ensaio, pelo fato de relativizar o conceito de bárbaro (Montaigne, 1991, p. 202). Cerca de quinze anos depois, ao redigir (ou finalizar) o ensaio, entre 1579 e 1580, o ensaísta lembrou-se dela e pôde relê-la no original plutarquiano, ou na tradução francesa feita por seu amigo Jacques Amyot, antes de utilizá-la na abertura de seu ensaio, imitando L’Hospital, já então falecido (1573), na abertura do leito de justiça. Eis a abertura da *mercuriale*:

E imediatamente o dito Chanceler, após ter saudado o Rei e ter se recolocado em sua cadeira, disse que algumas pessoas que ocuparam ali na frente o lugar que ele ocupa usaram seus discursos para louvar a justiça, a instituição dos Parlamentos e a autoridade desses, o que era louvável, mas que ele diria o que lhe parecia próprio e conveniente àquele; e que havia tido grandes Reis, sucessores de Alexandre, a saber, o Rei dos Epirotas e o Rei dos Macedônios, os quais fizeram a guerra contra os Romanos e, estando próximos do campo dos ditos Romanos, e sendo avisados por um sentinela que eles tinham no campo dos ditos Romanos,

14 O termo *mercuriale* deriva de *mercurialis*, palavra latina tomada como adjetivo de *mercredi*, quarta-feira, em francês (Le Petit Robert, 1991, p. 1184).

e esses Romanos marchavam em batalha, eles tiveram vontade de vê-los e, com esse propósito, subiram em um lugar alto, onde eles viram marchar os ditos Romanos em tão boa disposição e ordem que eles disseram imediatamente: Eis um exército que marcha não à moda dos Bárbaros, mas à moda grega. (...) pelas mesmas razões, se houvesse aqui alguns estrangeiros que vissem essa ordem, eles diriam que não é uma Corte de Bárbaros, como havia antigamente nesse país, mas uma Corte de Franceses. Os Reis predecessores foram imitadores dos Romanos e fazem melhor muitos de seus Franceses em fazer. (*Registre Secret du Parlement de Bordeaux*, 1770, t. 16, p. 610-612; Godefroy, 1649, t. II, p. 580-584).

As “observações canibais”

Vejam agora a quais fatos e contexto histórico as duas “observações canibais” que Montaigne pôs na boca de índios brasileiros dizem respeito. A primeira parece derivar tanto da cena de constrangimento protagonizada pelo rei-adolescente quanto da questão da minoridade de Carlos IX. Vale lembrar que a instabilidade política gerada pelas Guerras de Religião, das quais o cerco de Rouen em 1562 foi o primeiro de uma série de oito conflitos armados de grandes proporções, fez com que a rainha-mãe Catarina de Médici pressionasse o Parlamento de Paris a fim de abreviar a minoridade do filho, tentando contornar os impedimentos da lei, que dizia que o monarca somente poderia ser considerado de maior a partir dos 14 anos. Graças à habilidade diplomática de Michel de L’Hospital, que interpretou em favor dos interesses da coroa certa ambiguidade na letra da lei, defendendo a tese segundo a qual o rei já poderia ser considerado de maior idade no ano mesmo em que completaria a maioridade, mesmo sem tê-la ainda formalmente atingido, a manobra política teve êxito e o rei-adolescente foi declarado de maior pelo Parlamento da Normandia, em Rouen, aos 17 de agosto de 1563, tendo Carlos IX então apenas treze anos e dois meses. A questão tinha se tornado polêmica e é possível que ela tenha repercutido de alguma maneira na primeira “observação canibal”. Pessoalmente, inclino-me mais a acreditar que a cena do acesso de cólera do rei, testemunhada com os próprios olhos por Montaigne, teve mais ascendência na elaboração da primeira “observação”.

A segunda parece provir da combinação de dois elementos:

1º) dos comentários de um *canard* (publicação avulsa contendo ilustração e comentários sobre fatos relevantes da atualidade política) assinado por André Thevet (1516-1592), o controverso cosmógrafo dos reis da França, dando conta dos saques perpetrados pelos habitantes de Rouen uns sobre os outros, após o fim do cerco, em outubro de 1562:

(...) a pilhagem da cidade durou vinte e quatro horas, & havia tal desordem que os próprios vizinhos pilharam uns aos outros, e [a situação] estava para quem pudesse dela se aproveitar, parte dos mais ricos estão no presente bem pobres, & muitos que quase não

tinham bens se mobiliaram na pilhagem que eles fizeram. (Thevet, 1562, s/p; Nagerel, 1600, fol. Dd2 r^o/v^o; Delsalle, 2008, p. 8-33)¹⁵;

2º) da real preocupação de Montaigne com a falta de assistência aos mais pobres pelo poder público municipal, bem como pelo próprio Estado. Em carta datada de 31 de agosto de 1583 (Montaigne, 1962, p. 1720)¹⁶, dirigida ao rei Henrique III, sucessor de Carlos IX, Montaigne, então prefeito de Bordeaux, deixa claro sua preocupação com a questão social e econômica representada pelo número crescente de pobres. Com apoio dos *jurats* da cidade, o prefeito-escritor reclama da injustiça dos impostos, que taxava igualmente pobres e ricos, quando não isentava os últimos de contribuição ao bem-estar social. Ele propõe, ao contrário, que os mais ricos contribuam mais que os outros cidadãos. Sintomaticamente, Montaigne lembra ao rei o que seu irmão Carlos IX havia feito em defesa dos mais pobres, como, por exemplo, leis obrigando as cidades a prover às necessidades básicas dos miseráveis, e reclamava por medidas semelhantes:

E visto que a miséria do tempo foi tão grande após o flagelo das guerras civis, que várias pessoas de todos os sexos e qualidades foram reduzidas à mendicância, de maneira que não se vê pelas cidades e campos senão uma multidão desenfreada de pobres, o que não aconteceria se o édito feito pelo finado de boa memória Rei Carlos, que Deus o absolva, fossem observados, obrigando que cada paróquia seja responsável pela alimentação de seus pobres, sem que lhes fosse permitido vagar em outros lugares. (Montaigne, 1962, p. 1377).

Pessoalmente, inclino-me mais em acreditar que o *canard* de Thevet teve mais ascendência na elaboração, por duas razões: 1ª) a pilhagem se deu em Rouen, cidade onde supostamente os índios brasileiros teriam se encontrado com o rei da França; 2ª) o fato de o comentário ter sido lido num *canard* acompanhado do mapa topográfico de Rouen durante o cerco de 1562, mostrando seus principais edifícios públicos, bairros, praças e ruas, sugere que Montaigne o tinha sob os olhos ao escrever o ensaio e nele se baseou para estabelecer a conhecida oposição entre topografia e cosmografia, em desfavor dessa última, ao mesmo tempo em que fazia forte alusão indireta a Thevet, cosmógrafo dos últimos Valois (Montaigne, 1999, p. 205).

A “canção da cobra” à luz da antropologia

Conforme dito na introdução, a ausência de informações antropológicas sobre mitos indígenas brasileiros, combinada às descobertas que eu vinha fazendo a respeito dos truques literários postos em prática no “conto canibal”, induziram-

15 Essa passagem do texto do *canard* não foi escrita por Thevet, mas extraída do manuscrito de um dos primeiros historiadores de Rouen, Jean Nagerel (?-1570), de acordo com Lestringant, 1991, p. 141-148.

16 Descoberta pelo arquivista Detcheverry, esta carta foi publicada no jornal *Courrier de la Gironde*, em 21 de janeiro de 1856.

me a estender, equivocadamente, a “suspeição crítica” à canção amorosa indígena. Confrontada com mitos ainda vivos entre etnias indígenas na região amazônica e do Centro-Oeste brasileiro, a “canção” aparece como sendo um fragmento autêntico de um mito indígena, salvo melhor juízo.

Eis a argumentação de minha primeira interpretação da “canção da cobra”. Uma leitura atenta de seus versos identificava a surpreendente presença do conceito grego de *mimesis*, isto é, a arte como imitação do real, na cena em que o índio-poeta pede à cobra para parar de ondular, a fim de que sua irmã possa imitar o “modelo de pintura” da pele do animal, na forma de um colar, a ser oferecido à sua amada. A coincidência não parecia ser casual. Pelo contrário, no contexto das descobertas que eu vinha fazendo, ela me parecia um forte indício de que havia uma inteligência erudita e uma potente imaginação por detrás daquele discurso. Assim como Montaigne tinha conseguido fazer crer à maioria de seus leitores na veracidade da “conversação” entre o rei e os canibais, o mesmo parecia ter ocorrido com a “canção da cobra”.

Ainda no âmbito da entrada de Carlos IX em Bordeaux, obtive informações segundo as quais o principal poeta da época e figura de proa da Plêiade, Pierre de Ronsard, passou pela cidade, no final da estadia do monarca, antes de se dirigir a Bayonne, onde outra suntuosa entrada estava sendo preparada e para a qual ele havia escrito versos. Naquele mesmo ano de 1565, o poeta havia publicado seu *Abbrégé de l'Art poétique françois*, na esteira do sucesso das artes poéticas, a partir do trabalho pioneiro de Thomas Sébillet. Argumentei que Montaigne teria constituído, quando se pôs a escrever o ensaio sobre os índios brasileiros, aquilo que chamei de “dossiê canibal”, do qual faziam parte a arte poética ronsardiana, o relato da entrada do rei, publicado por Thomas Richard no mesmo ano, o *canard* de Thevet sobre o cerco de Rouen em 1562, os livros sobre o Brasil publicados por Jean de Léry (1578) e o próprio Thevet (1557), bem como o livro de Vinet sobre a história de Bordeaux, dentre outros possíveis componentes. Argumentei ainda que o suposto poema indígena seria uma espécie de encenação do *ut pictura poesis* horaciano, segundo o qual pintura e literatura eram artes irmãs. O índio-poeta representaria o papel da literatura, ao passo que sua irmã representaria o da pintura, o que parecia corresponder à relação fraternal entre essas duas artes, de acordo com as poéticas da Antiguidade. Com o recuo crítico que o tempo normalmente nos dá, hoje creio que minha interpretação foi demasiado ousada e temerariamente imaginativa, mas eu tinha argumentos e indícios que pareciam sustentar a ilação crítica, desde a surpreendente metáfora da mimese aristotélica até a presença de Ronsard em Bordeaux, além de outras informações textuais relativo ao uso do léxico (pintura, padrão, beleza, disposição, obra, maneira).

Montaigne reescreveu a “canção”, ao sabor de sua memória e de acordo com suas anotações que ele deve ter feito na ocasião. Ao reproduzir o poema indígena,

ele pode tê-lo, por assim dizer, adaptado, reescrevendo-o de maneira a ressaltar o paralelismo entre culturas, no plano da criação artística, através da imitação do belo. Por causa dessa semelhança, fui induzido em erro e supus que todo o poema era da lavra única do escritor gascão. Quanto à “coincidência” com o *ut pictura poesis* clássico, argumento principal de minha primeira hipótese, o próprio Montaigne parece fornecer uma explicação plausível para tais surpreendentes paralelismos:

Na verdade, considerando o que veio ao nosso conhecimento ao longo desse governo terrestre, eu fiquei frequentemente maravilhado em ver, em uma enorme distância de lugares e de épocas, a conjunção de um grande número de opiniões populares extraordinárias com os costumes e crenças selvagens, as quais, de algum modo, não parecem se ligar à nossa razão natural. É um grande fazedor de milagres o espírito humano. (Montaigne, 1999, p. 573).

Vale lembrar que eu não fora o primeiro a perceber a metáfora nos versos da “canção”, conforme iria saber posteriormente, passados alguns anos da defesa da tese, ao ler um artigo de Ullrich Langer, publicado em 1995. O crítico alemão observara que “a *inventio* do poema inclui vários lugares comuns [*topoi*] líricos, cuja combinação é perfeitamente compreensível na tradição lírica do Ocidente” (Langer, 1995, p. 201)¹⁷. E acrescentara: “A *mise en abîme* da representação, da canção de louvor à pintura, é uma pequena versão do *ut pictura poesis*, mas uma feliz, ou não uma combativa (*agonistic*), pois o poema, ao imobilizar a cobra, dá lugar à pintura que por sua vez dá lugar ao futuro elogio da beleza da cobra” (*idem, ibidem*).

Na volta ao país, busquei na literatura antropológica brasileira informações que pudessem eventualmente ajudar a esclarecer a questão. Efetivamente, encontrei em alguns mitos, especialmente entre povos indígenas das regiões Norte e Centro-Oeste brasileiras, semelhanças com a “canção da cobra”. Entre os Assurini, povo de língua tupi que vive no Xingu, há um “mito do desenho” que diz respeito à imitação da pele de um animal; nesse caso, não se trata da cobra, mas do veado, cujos belos desenhos da pele são imitados pelo protagonista Anhyngaviu, ao confeccionar flechas:

Mito do desenho (I): 1. Anhyngaviu foi caçar. Ele ficou na espera, de manhã. Quando voltou, ele viu Anhyngakwasiat. Quando chegou em casa, ele perguntou para sua mãe: “O que é que eu vi? É bonito”. A mãe respondeu: “É seu tio”. 2. Anhyngaviu foi caçar veado, ele está procurando. Ele matou ele e o chamou Anhyngakwasiat. Ele perguntou pra sua mãe como devia fazer pra chamar seu tio. Ela disse que ele devia falar do desenho que ele tinha nas costas. Imitando o veado, Anhyngaviu fala do desenho chamando-o. Anhyngakwasiat é ruim, ele quer brigar. Anhyngaviu coloca o veado no caminho. Anhyngakwasiat chega e, enquanto ele briga com o veado, fica parado (assim Anhyngaviu teve tempo

17 Agradeço a Philippe Desan pela disponibilização desse artigo.

de observar os desenhos de seu corpo). Anhyngakwasiat bateu no veado morto com um grande pau. Anhyngaviu ficou atrás de uma árvore, olhando os desenhos distribuídos pelas diferentes partes do corpo de Anhyngakwasiat (...). 3. A mãe de Anhyngaviu pediu para ele preparar as flechas para fazer o trançado com *amambaí* e *akaravô*. Anhyngaviu matou o veado, colocou no caminho, levou a flecha. Anhyngakwasiat vem de novo e bate no veado morto com um pau. Enquanto isso, Anhyngaviu faz o trançado na flecha, olhando os desenhos sobre o corpo de Anhyngakwasiat (o narrador repete o nome dos desenhos). Este vai embora e Anhyngaviu volta para casa e diz que já aprendeu *ikwasiat* (desenho). Ele reproduziu cada desenho nas flechas que ele tinha levado (repete o nome dos desenhos). Ele fez *taingava* também. 4. Depois que ele ainda foi matar um veado e chamou de Anhyngakwasiat. Fez então um trançado no arco (repete o nome dos desenhos). 5. Anhyngaviu ensinou o traçado do desenho aos que já morreram (*barva*) e estes ensinaram de pai para filho. Até hoje, um homem faz uma criança e quando ele é grande ele ensina também. Anhynga é o mestre do desenho. Ele ensinou *tambá* a fazer *biakwasiat* (repete o nome do desenho). 6. Agora nós sabemos fazer *taingava* no *biava*, no *jandiru*, nós sabemos fazer o desenho com tinta de jenipapo (repete o nome dos desenhos). *Barvas* (os mortos) faziam eles antes e eles ensinaram, é por isso que a gente não perdeu, até hoje. (*apud* Orlandi, 2008, p. 230-231)¹⁸.

Entre os Macurap, etnia indígena que vive em Rondônia, há o mito da cobra grande: avessa ao casamento, uma jovem acaba transformada em cobra, por causa da poção de leite de várias árvores que um pretendente desprezado lhe derramara nas costas. O irmão dela, descrito como “o irmão artista”, inventa um novo tipo de pintura corporal à base de jenipapo, graças à ajuda da irmã/cobra, que lhe faz belos desenhos sobre o corpo¹⁹.

Entre os Kaxinauá, do Acre e Amazonas, há outro mito que fala dos desenhos da pele da cobra *Yube* (jiboia) e sua imitação por mulheres da tribo:

(...) Os *kene* [desenhos] são como as letras do abecedê dos brancos, que servem para formar palavras. As mulheres vão combinando esses desenhos e cada *kene* tem um nome. (...) Os ensinamentos

18 Ver análise deste mito nas p. 202-213.

19 Tendo em vista que o mito da cobra grande é relativamente longo (ocupa cerca de quatro páginas do livro abaixo citado), optei por citar apenas alguns trechos. Da primeira parte (‘A amorosa independente’): “(...) nos novos passeios, [o irmão da moça que foi transformada em cobra] topou com uma árvore de jenipapo. Nesse tempo, os índios não tinham uma boa pintura de corpo – usavam o carvão, que sai facilmente com a água. O irmão preparou a tinta de jenipapo verde, ainda desconhecida na aldeia e resolveu levar para a irmã cobra lhe fazer uma bonita pintura (...); da segunda parte (‘O irmão artista’): “(...) [o irmão artista] apareceu em plena dança e a aldeia inteira o admirou. (...) Compareceu pintado a várias festas, mas não foi só a pintura que ele inventou. Depois do jenipapo, passou a saber caçar muito melhor”; da terceira parte (‘O noivo invejoso’): “Um dia o cunhado o seguiu disfarçadamente, viu como preparava a tinta de jenipapo, viu a jiboia pintando o irmão. Observou com cuidado todos os passos da pintura e noutro dia foi sozinho tentar imitar” (*apud* Midlin, 1997, p. 58-62).

dos desenhos se iniciam num dia de lua nova. O marido sai para caçar uma jiboia, tira-lhe o couro e o coloca escondido atrás do tear da jovem mulher, em posição que somente ela possa vê-lo. Enquanto isso, a avó leva a neta para a floresta e lá cantam cantigas para saudar e fazer com que *Yube*, a jiboia, dona do *kene*, venha ensinar seus desenhos. A avó coloca um remédio no olho da neta, o *barwe*, que serve para a mulher enxergar mais claro o que a jiboia está ensinando. Assim, ela aprende mais rápido. Ela vai tecendo e cantando... (*apud* Casoy, 2009, p. 29).

Em 2010, tive oportunidade de escrever um artigo (De Souza Filho, 2010, p. 187-194), no qual revisei minha primeira interpretação da “canção da cobra”, admitindo, com base nesses “mitos do desenho” ainda vivos em culturas indígenas brasileiras, que a “canção da cobra” é autêntica, e não um blefe literário, à moda do “conto canibal”. Em favor dessa nova interpretação, na qual o *ut pictura poesis* “selvagem” parece corroborar a observação do ensaísta sobre a unidade do gênero humano e a ocorrência de ritos, mitos e costumes semelhantes entre povos distantes e diversos, no tempo e no espaço, evoque-se o testemunho de Claude Lévi-Strauss, na passagem em que ele conta, em *Tristes trópicos*, sua estupefação ao receber, com um intervalo de aproximadamente quatro séculos, a mesma resposta registrada por Montaigne, a propósito da maneira como um chefe indígena era acolhido em aldeias sob seu comando (Lévi-Strauss, 1955, p. 356). O mesmo antropólogo francês fez uma observação casual a propósito da forma de tratamento observada por ele entre índios do Mato Grosso, segundo a qual “todos os homens adultos de um grupo chamavam de “irmãs” as mulheres do outro, e essas chamavam de “irmãos” os homens que ocupavam a posição simétrica” (*idem*, 1955, p. 351).

Revisando “Das carruagens”

Na esteira da “canção da cobra”, parece-me que a leitura que fiz “Das carruagens” (III, 6) também necessita de revisão e ajustes. Por causa do acesso à tradução das epístolas latinas de L’Hospital, acreditei ter encontrado novas fontes para este ensaio, tendo estabelecido relações diretas e causais que hoje me parecem excessivas, ainda que teoricamente possíveis. Argumentei que a primeira parte do ensaio (a que trata do enjoo sentido por Montaigne em viagens de barco) teria sido inspirada por duas epístolas de L’Hospital: uma, dirigida a François Olivier, chanceler da França, outra, dirigida a Adrian Du Drac, conselheiro do Parlamento de Paris. Na primeira, L’Hospital descreve, em termos naturalistas (sangue escuro de bÍlis, dores no estômago, ventos no abdômen, inchaço dos testículos etc.), seus problemas de saúde, agravados por uma crise de cálculo renal, acometida durante sua estadia na Itália, bem como sua descrença nos diagnósticos e prescrições dos médicos (L’Hospital, 1857, p. 7-10; *idem*, 1968, t. III, p. 12-18). A propósito, Montaigne também sofria de cálculo renal e era igualmente cético em relação à medicina, como se sabe. Ao se interrogar, em “Das carruagens”, sobre as possíveis causas do enjoo de que era vítima contumaz, Montaigne cita Plutarco, o qual atribuía

a causa do enjoo ao medo. Vale lembrar que, em “Dos canibais”, é também Plutarco o autor de onde Montaigne colhe a história do rei Pirro, conforme demonstrou Villey em sua edição crítica, mas sabemos que o escritor a ouviu primeiramente da boca do próprio L’Hospital, conforme demonstram documentos relativos ao “leito de justiça” de Carlos IX em Bordeaux em 1565. O procedimento parece se repetir em “Das carruagens”, com Plutarco em primeiro plano e L’Hospital em segundo. Pode tratar-se de uma coincidência, mas a repetição sugere um procedimento consciente e deliberado, mimetizando aquele posto em prática no primeiro ensaio. Na segunda epístola, L’Hospital descreve uma viagem feita pelo rio italiano Pó e a tempestade que se abateu sobre o barco, provocando-lhe grande inquietação e medo da morte (L’Hospital, 1857, p. 24; *idem*, 1968, t. III, p. 30). Em ‘Das carruagens’, Montaigne também aborda essa questão, mas diz não temer a morte em viagens de barco. E acrescenta: “Todos os perigos que vi, foi com os olhos abertos, a vista livre, sã e inteira: ainda é preciso coragem para temer” (Montaigne, 1999, p. 899). A suscetibilidade do escritor nesse quesito, isto é, seu “*souslevement d’estomac*”, é confirmada por seu secretário, no *Diário de viagem*, na altura de La Chaffousine (Fusina), na Itália (Montaigne, 1962, p. 1184). Estabelecer relação direta entre as epístolas latinas de L’Hospital e a primeira parte “Das carruagens” me parece hoje temerário, por falta de elementos mais conclusivos, mas é plausível admitir que Montaigne possa ter se inspirado nelas para relatar questões de ordem médica. A relação entre a primeira parte ‘Das carruagens’ e tais epístolas parece existir, mas indiretamente, como referência literária potencial, mas não exatamente como fonte direta.

O terceiro elemento que pode ter inspirado Montaigne na composição “Das carruagens” é propriamente aquele que parece evidenciar a coesão factual entre os ensaios “ameríndios”, pois em sua crítica ao luxo o ensaísta faz referência às entradas reais, chamadas por ele de “triunfos” (Montaigne, 1999, p. 902), um dos nomes utilizados na época para se referir aos caros, não obstante belos, espetáculos e desfiles organizados em função da visita do rei a uma cidade. A sátira “Contra o luxo” faz parte do mesmo livro de epístolas (L’Hospital, 1857, p. 210-222; *idem*, 1968, t. III, p. 289-305) e através dela o ex-chanceler critica o gosto pela ostentação nos meios nobres e burgueses, mas poupa os reis. Montaigne, que já havia criticado anteriormente as leis suntuárias de L’Hospital (I, 43), dirige, ao contrário, suas críticas propriamente aos monarcas, embora, prudentemente, isente a rainha-mãe Catarina de Médici de responsabilidade, conquanto fosse ela uma notória organizadora de eventos festivos, além de ter sido a responsável pelo ‘tour royal’ de 1564-1566, durante o qual várias entradas reais aconteceram, dentre elas a de Bordeaux, palco dos acontecimentos que inspiraram o escritor a escrever seu “conto canibal”.

O outro indício que sugere haver coesão factual entre os ensaios “ameríndios” diz respeito ao livro de onde Montaigne colheu os exemplos sobre os espetáculos

com gladiadores e naumaquias acontecidos nos anfiteatros romanos. Trata-se de *De Amphitheatro*, publicado pelo humanista belga Justo Lipsio, em 1584, conforme identificou Villey (in Montaigne, 1999, p. 898). Essa obra se subdividia em outra chamada *De Amphitheatris quæ extra Roman libellus*, contendo o recenseamento dos anfiteatros construídos pelos antigos romanos em suas colônias, como a Gália, por exemplo, acompanhados de ilustrações panorâmicas e eventualmente de plantas-baixas. Ele fala dos anfiteatros de Périgueux, Arles e Nîmes, mas também do de Bordeaux. Mas observa que, apesar de ser bastante conhecido, o edifício não tinha ainda sido descrito (“*Burdegala exstat, quod videre multi: nec descriptionem tamen sum nactus*”, Lipsius, 1589, p. 87)²⁰. No final do volume, em nota apensa ao texto, o erudito avisa ao leitor que tomou conhecimento do livro sobre a história de Bordeaux escrito por Elie Vinet (humanista, professor e diretor do Colégio da Guiana, onde Montaigne estudou quando adolescente), depois de ter escrito seu livro sobre os anfiteatros (Lipsius, 1589, p. 106). Em seguida, ele reproduz as informações sobre o Palais Galien, o anfiteatro da antiga Burdigala, colhidas na *Antiquité de Bourdeaux* (Vinet, 1574, p. 17-20). Ele faz ainda referência à aparência do anfiteatro bordelês, pois no livro do erudito francês havia uma bela ilustração do monumento já então em ruínas, e diz que aprendeu com ele, a quem chama de amigo (“*Formam eius etiam vidi & accepi ab amico: sed in qua pretium nullum expressionis*”, Lipsius, *idem, ibidem*).

De volta ao abrigo da torre e de sua singular biblioteca, em 1585, depois de ter exercido por duas vezes o mandato de prefeito de Bordeaux (1581-1584), Montaigne se põe a escrever o terceiro e último volume dos *Ensaïos*. Nesse mesmo ano, são publicadas as epístolas latinas de L'Hospital, um personagem por quem Montaigne tinha particular apreço, o que não o impedia de eventualmente criticar as políticas do ex-chanceler, como foi o caso das leis suntuárias. Os homens se conheciam e Montaigne dedicara a L'Hospital a edição parisiense dos poemas latinos de La Boétie (La Boétie, 1991, p. 53-55). Sabemos que o ex-chanceler é peça importante na construção do ensaio sobre os canibais, por causa da “mercuriale”, e que Montaigne pode ter se inspirado nas epístolas latinas e mais especialmente na sátira contra o luxo para retomar questões associadas à entrada de Carlos IX em Bordeaux em 1565, como o excesso de luxo e os espetáculos grandiosos, mas caros, exibidos nessas ocasiões solenes e fastuosas, no contexto de um país dividido, devastado pelas Guerras de Religião. Essa entrada está naturalmente associada ao encontro com os índios e isso talvez explique por que Montaigne retome a questão da natureza e do destino dos povos ameríndios do Novo Mundo, em “Das carruagens”. Já tendo falado dos brasileiros, em “Dos canibais”, ele agora leva a termo uma reflexão “panorâmica” sobre questões relativas à descoberta do novo continente, e trata, dessa vez, dos mexicanos e peruanos. Em um exemplo particularmente bem-

20 Não foi possível citar a partir da edição original, de 1584. Utilizei-me da edição de 1589, disponível em <https://books.google.com.br/books>. Último acesso em 16.12.19. A propósito da relação entre Lipsio e Montaigne, ver Magnien, 1996, p. 423-452.

sucedido, sua poderosa imaginação elaborou um ensaio que é talvez um dos mais atuais, no plano da reflexão humanista e política, e um dos mais inventivos, no plano formal, no conjunto da obra.

Conclusão

Comecei esse artigo com a história da pesquisa realizada no âmbito de uma tese de doutorado sobre os conceitos de bárbaro e selvagem nos *Essais* de Montaigne. Focada inicialmente nos ensaios “ameríndios”, ela ampliou-se progressivamente, tendo resultado num estudo sobre a formação da ideia de civilização “à francesa” no século XVI. A pesquisa conceitual se fez em paralelo à investigação das circunstâncias históricas relativas ao encontro do rei da França com índios brasileiros, tal como o escritor o relatou no final “Dos canibais”. A curiosidade conduziu-me ao mesmo embaraço crítico experimentado por outros pesquisadores que haviam também tentado esclarecer dificuldades lógicas e inconsistências históricas relativas ao episódio. Seguindo indícios e cruzando sistematicamente informações textuais e históricas, foi possível descobrir uma série de documentos, inclusive de arquivos, que permitiram elaborar a hipótese principal da tese: Montaigne alterou os fatos, inventou um blefe literário, mudando deliberadamente o local do citado encontro. Ao substituir, no plano geográfico, Bordeaux por Rouen, bem como, no plano cronológico, a entrada real de 1565 pela “entrada” de 1562, ele buscava desviar o foco dos acontecimentos, preservando-se da possibilidade de ser contestado, ao mesmo tempo em que ficava livre para pôr na boca dos índios brasileiros suas próprias observações e críticas à sociedade francesa. A pesquisa mostrou, com base em documentos diversos, que o encontro de Carlos IX com representantes de “povos cativos”, dentre os quais três grupos de índios brasileiros, se deu durante o desfile do corpo social, no âmbito da entrada desse rei na cidade do escritor, aos 9 de abril de 1565. A pesquisa não encontrou nenhum indício que pudesse eventualmente confirmar o discurso montaigniano, segundo o qual os fatos teriam se dado em Rouen, em 1562. A metáfora literária relativizando o conceito de bárbaro, ouvida no início da *mercuriale* do então chanceler Michel de L'Hospital, antes de ter sido lida em Plutarco, bem como o relato da entrada, publicado por Thomas Richard dois meses depois da entrada de Bordeaux, reforçado pelas atas do Registro Secreto do Parlamento de Bordeaux, produzidos pelo primeiro-escrivão, *maître* Jacques de Pontac, trouxeram elementos documentais que fundamentam a hipótese levantada na tese.

Acredito que o levantamento do que parecem ser as verdadeiras circunstâncias históricas relativas ao episódio do encontro com os índios brasileiros seja a principal contribuição que a tese *Civilisation et barbarie en France au temps de Montaigne* possa dar aos estudos montaignistas. Vale lembrar que a hipótese já foi noticiada na mais recente edição dos *Essais*, publicada pela Gallimard, na Bibliothèque de La Pléiade (Montaigne, 2007, p. 1428, nota 8, em remissão à p. 220). A hipótese foi

oficialmente admitida por nome de relevo do universo dos estudos montaignistas, tanto no *rapport de thèse*, apreciação final dos membros da banca examinadora, quanto em publicação individual (Tournon, 2013, s/p). Creio que a pesquisa trouxe à luz informações e documentos que não podem mais ser ignorados pela crítica montaigniana, a fim de discutir a hipótese principal, seja para refutá-la ou confirmá-la, eventualmente com ajustes e modulações.

Busquei reconhecer equívocos interpretativos cometidos na tese, especialmente no que diz respeito à “canção da cobra”, de maneira a se alinhar com a verdade científica, depurando assim o possível legado da pesquisa. Reconheci também, mas de maneira mais nuançada, que é temerário considerar as duas primeiras epístolas latinas de L’Hospital, publicadas em 1585, como “fontes” da primeira parte “Das carruagens” (III, 6). A ascendência delas parece existir, mas de maneira menos direta e causal, salvo melhor juízo. Em relação a este ensaio, levantei uma segunda hipótese, que consiste em apresentar elementos de convicção suscetíveis de fundamentar a opinião, segundo a qual existe uma coesão factual entre os ensaios “ameríndios” de Montaigne. A segunda parte “Das carruagens” parece repercutir a entrada de Carlos IX em Bordeaux em 1565, na crítica que Montaigne faz a exibição politicamente temerária de luxo nas entradas reais, em detrimento do uso apropriado dos recursos em obras públicas e na assistência aos mais pobres, tanto mais no contexto de um país em guerra interna. Esse ensaio sugere que Michel de L’Hospital está presente em segundo plano, tal como foi o caso em “Dos canibais”.

Para finalizar, gostaria de tecer breve comentário sobre aquilo que chamei na tese de o gênio literário de Montaigne, tomando como exemplo o “conto canibal”. O conceito de genialidade ao qual me refiro não diz necessariamente respeito às evidentes qualidades literárias da obra do escritor francês, na forma de seu estilo inconfundível, da “modernidade” de sua prosa, da originalidade de seu pensamento e da sagacidade de suas observações, além de seu humor, leveza e sabedoria. A simples criação do gênero textual do ensaio já garantiria a Montaigne um lugar na galeria dos escritores notáveis. A genialidade à qual me refiro, porém, diz antes respeito à capacidade do escritor em antecipar correntes de pensamento e tendências ideológicas, especialmente aquelas relativas a questões políticas, econômicas e sociais. Vale lembrar que Hugo Friedrich cunhou a expressão “ceticismo clarividente” (Friedrich, 1968, p. 219), para designar a percepção aguçada de Montaigne em relação àquilo que atualmente chamamos de relativismo cultural. O crítico alemão exemplificava sua expressão com base no ensaio sobre os canibais. A segunda “observação canibal” parece ilustrar essa genialidade, na medida em que ela antecipa, de certa maneira, o grande movimento de ideias que marcaria os séculos subsequentes, na forma de ideologias políticas e econômicas cujo núcleo estruturante reside na questão da injustiça social e na chamada luta de classes.

Uma passagem de “Da força da imaginação” (I, 21) sugere que ele tinha consciência ou, ao menos, intuía que seu trabalho de reflexão política poderia ter algum valor antecipatório e servir, por assim dizer, como advertência. É plausível admitir, por causa de sua cultura filosófica, que ele se inspirara, de certa maneira, na *Poética*, de Aristóteles, ao escrever seu “conto canibal”. Vale lembrar que Ronsard, em seu *Abregé de l’art poétique françois*, retomou e difundiu as ideias do filósofo grego a respeito da poesia. Como se sabe, Aristóteles estabeleceu diferenças entre história e poesia (literatura). Segundo ele, a primeira lidava com o verdadeiro, com aquilo que já aconteceu, com o particular, e sua missão era relatar os fatos, gestos e ditos passados dignos de memória, com o máximo de fidelidade possível. Diferentemente, a literatura lidava com o verossímil, com aquilo que pode acontecer. Ele considerava que a literatura tinha um alcance maior e era, do ponto de vista filosófico, superior à história, pois era universal. Essas ideias aparecem com nitidez nessa passagem de “Da força da imaginação”, escrita à margem do Exemplar de Bordeaux (camada [C]), e parecem terem sido escritas com base nos artificios de que Montaigne lançou mão ao escrever seu “conto canibal”:

Do mesmo modo, no estudo em que eu trato de nossos costumes e movimentos, os testemunhos fabulosos, desde que eles sejam possíveis, lhe servem tanto quanto os verdadeiros. Acontecido ou não acontecido, em Paris ou em Roma, a João ou a Pedro, é sempre um aspecto da humana capacidade, sobre o qual eu sou utilmente instruído por essa narrativa. Eu o vejo e dele tiro igualmente meu proveito em sombra como em corpo. E nas diversas lições que têm frequentemente as histórias, eu tomo para uso aquela que é a mais rara e memorável. Há autores cujo objetivo é relatar os acontecimentos. O meu, se eu pudesse atingi-lo, seria dizer o que pode acontecer. (...) Dos exemplos que eu reproduzo aqui, daquilo que ouvi, fiz ou disse, eu me proibi de ousar alterar até as mais insignificantes e inúteis circunstâncias. Minha consciência não falsifica uma vírgula, minha ciência, não sei. (Montaigne, 1999, p. 105-106).

As inesperadas descobertas que pude fazer, assim como os equívocos que eu cometi em minha leitura de determinados aspectos da obra montaigniana sugerem que há ainda muito a se pesquisar e dizer sobre os *Ensaio*s. As hipóteses que formulei são também, naturalmente, um convite ao debate e ao contraditório, no âmbito de discussões acadêmicas fundamentadas e conviviais. Aproveito a oportunidade para agradecer ao comitê editorial pelo convite para participar dessa bem-vinda revisitação sobre temas e questões que nos interessam particularmente, haja vista a importância que o Brasil teve, através de nossos índios, no pensamento desse genial escritor e filósofo que foi Michel de Montaigne.

Referências bibliográficas

- Atkinson, Geoffrey. *Les Nouveaux Horizons de la Renaissance Française*. Paris : Droz, 1935.
- Benedict, Philip. 1981. *Rouen during the Wars of Religion*. Cambridge: University Press.
- Bonnefon, Paul. 1893. *Montaigne - l'homme et l'oeuvre*. Paris-Bordeaux: G. Gounouilhou-J. Rouam.
- Brantôme (Pierre de la Bourdeille). 1973. *Discours sur les Colonels de l'Infanterie de France*. Edition critique avec introduction, notes, glossaire, chronologie et index par Etienne Vaucheret. Paris: J. Vrin.
- Burke, Edmund. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. 1993. Campinas: Papirus/Editora da Unicamp.
- Casoy, Rute (org.). 2009. *Poranduba – Roda de histórias indígenas*. Nau Editora: Rio de Janeiro.
- Delsalle, L.-R. 2007-2008. '1562: Le siège de Rouen' in *Les Amis des Monuments Rouennais*. Rouen: L'Imprimerie Iropa.
- De Souza Filho, José Alexandrino. 1997. 'Montaigne, le Cannibale' in *Essais sur Montaigne*. Cadernos de Textos n°11. CCHLA Ensaios. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- _____. 2003. 'Des coches' sur fond d'histoire' in *Des signes au sens : lectures du livre III des Essais*. Journées d'études du Centre Montaigne de Bordeaux – 14-15 novembre 2002. Paris: Honoré Champion, p. 53-89.
- _____. 2003. *Civilisation et barbarie en France au temps de Montaigne*. Tese de doutorado. U.F.R. des Lettres. Université Bordeaux III – Michel de Montaigne. Orientação: Claude-Gilbert Dubois.
- _____. 2003. 'La civilisation à la française vue d'un point de vue culinaire: le cas Montaigne' in *Colloque du Puy-en-Vellay – Le boire et le manger au XVIème siècle*. Saint-Etienne: Publications de l'Université de Saint-Etienne, p.155-168.
- _____. 2004. 'Goethe, Montaigne e o Brasil: o caso da "canção da serpente"'. *Forum Deustch – Revista Brasileira de Estudos Germânicos*, v. 8. Rio de Janeiro, p. 48-59.
- _____. 2005. 'Le "conte cannibale" de Montaigne: réalité historique et représentation littéraire' in *La France et le monde luso-brésilien: échanges et représentations (XVIe-XVIIIe siècles)*. Etudes réunies et présentées par Saulo Neiva. Clermont-Ferrand : Presses Universitaires Blaise Pascal, p. 111-139.
- _____. 2006. 'A arte do blefe: Montaigne e o mito do bom selvagem'. *Morus – Utopia e Renascimento*, vol. 3. Campinas: Unicamp, p. 243-263.
- _____. 2007. *Projeto "Livraria" de Montaigne – Um passeio pelo universo do escritor francês Michel de Montaigne*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba.
- _____. 2008. 'A 'Festa Brasileira' ou o Teatro do 'Bom Selvagem': um estudo sobre

- o papel do índio brasileiro na entrada de Henrique II em Rouen em 1550'. *Morus – Utopia e Renascimento*, vol. 1-2. Campinas: Unicamp, p. 221-240.
- _____. 2009. 'A utopia tupi, segundo Montaigne'. *Morus – Utopia e Renascimento*, vol. 6. Campinas: Unicamp, p. 117-122.
- _____. 2010. 'Du mythe à la chanson populaire: la fortune littéraire de la 'chanson de la couleuvre''. *Montaigne Studies*, v. XXII, Série 1-2. Chicago: Chicago University Press, p. 187-194.
- _____. 2012. 'Aporia canibal'. *Montaigne e seu Tempo* (org.). João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, p. 117-147.
- Dubois, Claude-Gilbert. 1972. *Celtes et Gaulois au XVIème siècle*. Paris: J. Vrin.
- Floquet, A. 1840. *Histoire du Parlement de Normandie*. Rouen: Edouard Frère Editeur.
- Frame, Donald. 1965. *Montaigne: A Biography*. London: Hamish Hamilton.
- Françon, Marcel. 1975. « Montaigne et les Brésiliens. Note sur les Chansons brésiliennes ». *Bulletin de la Société des Amis de Montaigne*, 5^a série, n° 16, out-de.
- Friedrich, Hugo. 1968. *Montaigne*. Paris: Gallimard.
- Gilson, Etienne. 1999. *La Philosophie au Moyen Age*. 2^a edição. Paris: Payot.
- Ginzburg, Carlo. 2009. *Mitos, Emblemas, Sinais*. 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gliozzi, Guiliano. 2000. *Adam et le Nouveau Monde. La naissance de l'anthropologie comme idéologie colonialiste*. Paris: Théétète Editions.
- Godefroy, Frédéric. 1881. *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IXème au XVème siècle*. Paris : F. Vieweg.
- Godefroy, Theodore & Denys. M.DC.XLIX. *Le Ceremonial françois*. Paris, Chez Sebastien et Gabriel Cramoisy.
- Graham, V.E. & McAllister Johnson, W. 1979. *The Royal Tour of France by Charles IX and Catherine de' Medici – Festivals and Entries (1564-6)*. Toronto: University of Toronto Press.
- Grün, Alfred. 1970. *La vie publique de Michel de Montaigne – Etude biographique*. Genève : Slatkine Reprints. 1^a edição: 1855.
- Guenée, Bernard & Lehoux, Françoise. 1968. *Les entrées royales françaises de 1328 à 1515*. Paris: Editions du CNRS.
- Hanley, Sarah. 1991. *Le Lit de Justice des Rois de France*. Paris: Aubier.
- Hauchecorne, F. 1947. « Une intervention ignorée de Montaigne au Parlement de Bordeaux ». *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance, Travaux & Documents*, Tome IX. Genève: Librairie Droz.
- Histoire au vray du meurtre & Assassinat preditoirement cōmis au cabinet d'un Roy perfide & barbare, en la personne de Monsieur le Duc de Guise, Protecteur & Deffenseur de l'Eglise Catholique & du Royaume de France : Ensemble du massacre aussi perpetré en la personne du Cardinal, son frere, sacré & dedié à Dieu : Où sont*

balancez les services de leurs Predecesseurs & ceux qu'ils ont faits, avec une tant inhumaine cruauté & ingrate remuneration. Pour estre le tout veu & diligem t considéré par gents de bien. De nouveau revueü & augmentee des trahisons conspirees (mais en vain par la providence divine) contre Messieurs les Ducs de mayenne et d'Aumale : avec les pourtraits des massacres desdits Seigneurs de Guise & Cardinal. M.D.LXXXIX.

- Jouan, Abel. 1566. *Recueil et Discours du voyage du Roy Charles IX* [etc.]. A Paris, Pour Jean Bonfons Librairie.
- Labadie, Ernest. 1909. *Bibliographie historique d'Elie Vinet – Principal du collège de Guyenne à Bordeaux au XVIème siècle*. Bordeaux: Imprimerie de Y. Cadoret.
- La Boétie, Estienne de. 1991. *Œuvres complètes*. Edition, introduction, bibliographie et notes par Louis Desgraves. Bordeaux: William Blake and Co.
- Lacouture, Jean. 1996. *Montaigne à cheval*. Paris: Seuil.
- Langer, Ullrich. 1995. 'Montaigne's "couleuvre": Notes on the Reception of the *Essais* in the 18th-Century Germany' in *Montaigne Studies*, vol. VII, N. 1-2 (Montaigne in Print).
- Lestringant, Frank. 1990. *Le Huguenot et le Sauvage*. Paris: Aux Amateurs de Livres.
- _____. 1991. *André Thevet, cosmographe des derniers Valois*. Genève: Droz.
- Lévi-Strauss, Claude. 1955. *Tristes tropiques*. Paris: Plon.
- L'Hospital, Michel de. 1968. *Œuvres complètes*. Précédées d'un essai sur sa vie et ses ouvrages par P.J.S. Duféy. Genève: Slatkine Reprints. 1^a edição: 1824-1826.
- _____. 1857. *Poésies complètes du Chancelier Michel de L'Hospital. Première traduction annotée et précédée d'un nouvel essai sur l'esprit de L'Hospital par Louis Bandy de Nalèche*. Paris: Librairie de L. Hachette.
- Lipsius, Justius. 1587. *De Amphitheatro liber*. Antuerpiae, Apud Christophorum Platinum.
- _____. 1587. *De Amphitheatris quæ extra Roman libellus*. Lugd. Batavorum, Ex Officina Plantiniana. Apud Franciscum Raphelengium.
- Magnien, Michel. 1996. « Montaigne et Juste Lipse : une double méprise ? ». *Juste Lipse (1547-1606) en son temps*. Actes du colloque de Strasbourg, 1994, réunis par Christian Mouchel. Paris, Honoré Champion.
- Marot, Clément. 1990. *Œuvres poétiques complètes*. Edition critique établie, présentée et annotée avec variantes par Gérard Defaux. Paris: Bordas.
- Melo Franco, Afonso Arinos de. 2000. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa – As origens brasileiras da teoria da bondade natural*. 3^a edição. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Midlin, Betty, e narradores indígenas. 1997. *Moqueca de maridos – Mitos eróticos*. 2^a edição. São Paulo: Editora Rosa dos Ventos.
- Montaigne, Michel de. 1962. *Œuvres complètes*. Edition de Maurice Rat. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard.
- _____. 1999. *Les Essais*. Ed. Pierre Villey. Paris: Presses Universitaires de France.

- _____. 2007. *Les Essais*. Edition établie par Jean Balsamo, Michel Magnien et Catherine Magnien-Simonin. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard.
- Nagerel, Jean. 1600. *Description du pays et duché de Normandie, appelée anciennement Neustrie, de son origine, et des limites d'iceluy* [etc.]. A Rouen, De l'Imprimerie de Martin Le Mesgissier.
- Orlandi, Eni Puccinelli. 2008. *Terra à vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Petit Robert (Le). 1991. *Dictionnaire de la Langue Française*. Paris, Dictionnaires Le Robert.
- Plutarque. 1951. *Les Vies des hommes illustres*. Traduction de Jacques Amyot. Edition établie et annotée par Gérard Walter. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard.
- Registre Secret du Parlement de Bordeaux commençant le 9. Juin 1564 et finissant le 31 Octobre 1565. Recueilli et mis en ordre par les soins de François Martial de Verthamon d'Ambloy. Bordeaux 1770. Tomo 16. Archives Municipales de Bordeaux.*
- Richard, Thomas. 1565. *L'entrée du Roy à Bordeaux, avecques les Carmes latins qui luy ont esté presentez, & au Chancelier. A Paris, De l'Imprimerie de Thomas Richard.*
- Ronsard, Pierre de. 1993. *Œuvres complètes*. Edition établie, présentée et annotée par Jean Céard, Daniel Ménager et Michel Simonin. Bibliothèque de la Pléiade. Paris, Gallimard.
- Simonin, Michel. 1995. *Charles IX*. Paris: Fayard.
- Thevet, André. 1997. *Le Brésil d'André Thevet. Les Singularités de la France Antarctique*. Paris: Chandeigne.
- _____. 1562. *Le Vray Pourtraict de la Ville de Rouen : assiegee et prise par le Roy Charles 9. Imprimé à Paris pour Mathurin Breville, demourant en la rue du Foin, pres l'Enseigne de l'Escu de Vendosme. Avec Privilege.*
- Tournon, André. « 'Arrête-toi, couleuvre...'. L'alexandrinisme des Tupinambas ». Rouen 1562. Montaigne et les Cannibales. Actes du colloque organisé à l'Université de Rouen en octobre 2012 par Jean-Claude Arnault (CÉRÉdI) et Emmanuel Faye (ÉRIAC), n° 8, 2013. URL : <http://ceredi.labos.univ-rouen.fr/public/?arrete-toi-couleuvre-l.html>. Acesso em 14/12/2019.
- Vinet, Elie. 1574. *L'Antiquité de Bourdeaus et de Bourg*. A Bourdeaus, Par Simon Millanges.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.